

**PORTARIA GP Nº 158/2020**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORTÊS, Estado de Pernambuco**, no uso de suas atribuições legais, com arrimo nos arts. 37, IX, da Constituição Federal e 97, VII, da Constituição Estadual, consubstanciadas na Lei Municipal nº 825, de 30 de outubro de 2001, que estabelece os casos e formas de contratação por tempo determinado; **considerando** o termo do Ofício Obras nº 040/2020, que solicita a contratação de 01 (um) coveiro, para realização de obras, **considerando** serem plausíveis as argumentações daquela Secretaria; **considerando** que o Município não pode prescindir da realização de obras cujo descuido evidentemente implicará, em prejuízos; **considerando** a inexistência de recursos humanos suficientes para suprimento da necessidade; **considerando** a inexistência de pessoal concursado a ser nomeado e que o Município está providenciando o novo concurso para preenchimento das vagas existentes, de forma que a contratação não pretere direito público subjetivo de classificá-los,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica declarada de excepcional interesse público a contratação do pessoal a saber, na função coveiro, para suprimento das necessidades inadiáveis, inerentes a obras.

Nº	Nome	CPF	Cargo
01	JOSE WALLISON DE ARRUDA	166.642.094-89	COVEIRO

**Art. 2º** - Fica autorizada a contratação de que trata o art. 1º, da presente Portaria, pelo prazo de até 06 (seis) meses, a contar a partir de 19 de maio de 2020, com remuneração mensal equivalente a R\$ 1.045,00 (hum mil e quarenta e cinco reais), para coveiro, para jornada de trabalho que será a mesma dos servidores efetivos que desempenham funções iguais ou assemelhadas.

**Parágrafo Único** – As contratações autorizadas pela presente Portaria observarão as regras da Lei Municipal nº 825/2001, terão a natureza de contrato administrativo, além do seguinte:

- contribuirão para o Regime Geral de Previdência Social – INSS;
- cessação imediata de seus efeitos, sem direito a qualquer indenização, se, durante a sua vigência, vier a ser negado o seu registro, pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; cessada a excepcionalidade sua, por conveniência da Administração, ou ainda por interesse mútuo das partes contratantes;
- remuneração nunca superior a atribuída a servidores efetivos que desempenhem funções iguais ou assemelhadas; e
- horário de trabalho equivalente ao adotado por os servidores municipais.

**Art. 3º** - Celebradas as contratações ora autorizadas, deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de até 30 (trinta) dias, cópia das seguintes documentações:

- termo do contrato;
- lei municipal nº 825/2001, que trata da contratação por tempo determinado;
- ofício que solicitou as contratações;
- portaria de declaração da excepcionalidade e autorização das contratações;
- lei de diretrizes orçamentárias do corrente exercício de 2020;
- declaração da existência de dotação orçamentária para as contratações;

- g) declaração da observação do limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante a despesas com pessoal;
- h) certidão de publicação da presente portaria e respectivos contratos.

**Art. 4º** - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 19 de maio de 2020.



**Art. 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.



Gabinete do Prefeito do Município de Cortês, em 25 de maio de 2020.

*José Reginaldo Morais dos Santos*  
Prefeito